

# CELSO FURTADO, A HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA

| João Antonio de Paula<sup>1</sup>

## Introdução - história e economia

A história tem lugar importante na obra de Celso Furtado. É certo que não é sua exclusividade, que outros economistas, no Brasil e fora dele, frequentaram, com proficiência, a historiografia. Lembre-se a Escola Histórica Alemã, que — desacreditando das possibilidades de se fazer teoria econômica pela impossibilidade de se estabelecer regularidade dos fenômenos econômicos, que jamais poderiam ser enquadrados em leis, dedutíveis a partir de princípios gerais abstratos — acabou por criar a moderna história econômica, como história das economias nacionais, regionais, dos bancos, dos transportes, dos agricultores, das indústrias, dos preços etc. Fala-se da existência de três gerações da Escola Histórica: a **velha escola**, de Wilhelm Roscher, Hildebrand e Knies; a **nova escola**, liderada por Gustav Schmoller e uma **novíssima escola** cujos grandes nomes seriam Werner Sombart e Max Weber (IGLÉSIAS, 1959).

Com efeito, a história econômica faz parte do objeto da economia política desde a sua consolidação como campo específico do conhecimento com Adam Smith. Uma das cinco partes de *A riqueza das nações*, de Adam Smith, é dedicada à história econômica, havendo ainda outra parte referente à história do pensamento econômico.

Que a história econômica tenha sido ou abandonada ou desnaturada pela hegemonia neoclássica que se impôs sobre o pensamento econômico fala muito sobre o processo de absolutização ideológica do pensamento econômico que, perfeitamente transformado em pura apologia do capitalismo, combina superlativas dosagens de irrelevância, irrealismo, exacerbação formalística e arrogância discursiva. Como se diz de certos personagens patéticos — o fracasso lhes subiu à cabeça — e quanto mais

grotescas e nefastas as consequências das políticas que recomendam e praticam, como se está amargando desde 2007, mais enfatados e rebarbativos se mostram na autoatribuição de virtudes e méritos, que se resumem à defesa intransigente que fazem dos interesses do capital.

Fala-se que a hegemonia neoclássica, no relativo à história econômica, em parte a interditou e em parte a desnaturou, na medida em que a vê não como o resultado de contradições entre classes sociais — do embate de interesses materiais e simbólicos, individuais e coletivos contrastantes, de disputa política e cultural entre concepções de mundo discrepantes —, mas como conjunto de agregados econômicos redutíveis a variáveis quantificáveis de um modelo econômico, nem sempre explicitado, cujas determinações mais gerais convalidam a ordem neoliberal. No âmbito dessa matriz teórica, a história econômica acaba por se confundir com a história da política econômica e esta, na verdade, como um inventário dos desvios das políticas econômicas efetivamente praticadas da única e monopolística detentora da racionalidade econômica — a política econômica que nasce dos ditames do *mainstream* do pensamento econômico.

A dimensão histórica dos fenômenos econômicos foi incorporada por outras correntes do pensamento econômico como o institucionalismo e o estruturalismo latino-americano. Mas é no marxismo que a perspectiva histórica assume a condição de princípio heurístico fundamental, como bem viu Schumpeter:

Os economistas sempre realizaram trabalhos de história econômica ou utilizaram-se de trabalhos de outros, mas os fatos da história econômica foram colocados em compartimentos separados. Se entravam na teoria era simplesmente no papel de ilustrações, ou, possivelmente, de verificações de resultados. Eram empregados só mecanicamente. Marx, no entanto, combinou-os quimicamente, isto é, introduziu-os no próprio argumento que produz os resultados. Foi o primeiro economista de categoria que viu e ensinou, sistematicamente, como a teoria econômica pode ser transformada em análise econômica e como a narrativa histórica pode ser convertida em *histoire raisonnée*?. (SCHUMPETER *apud* IGLÉSIAS, 1959, p. 54-55)

Mais de uma vez, em registros memorialísticos, Celso Furtado disse da centralidade da história na formação de seu pensamento:

[...]considerava a economia como um instrumento para penetrar no social e no político e avançar na compreensão da história, particularmente quando esta ainda se exibia como presente aos nossos olhos. (FURTADO, 1985, p. 15)

[...]foi manuseando trabalhos já publicados que percebi que era possível montar um modelo com perspectiva histórica multissecular da economia brasileira. A novidade estava em

captar o evoluer histórico no quadro de relações estruturais, a começar pelas internacionais. O importante foi observar o Brasil, desde os seus primórdios, como ator relevante na cena econômica mundial. (FURTADO, 1998, p. 16)

[...]Tive muito cedo a intuição de que não é possível ser cientista social sem uma visão de conjunto dos processos, que é dado pela História. Apaixonei-me por esse tema, foi meu primeiro campo de estudo. Pensava ser historiador. A *Formação econômica do Brasil* revela essa vocação inicial. (FURTADO, 1999, p. 71)

E se Celso Furtado se tornou grande economista, amplamente reconhecido, é que ele entendeu, perfeitamente, a lição de John Stuart Mill quando disse que alguém, para ser bom economista, não pode ser apenas economista. Leitor de Karl Mannheim, de Max Weber, de Marx, leu também ciência política, geografia, antropologia, filosofia, história, além de teoria econômica, de história e de pensamento econômico e métodos quantitativos.

A história está entranhada no coração do seu modo de pensar, está presente em toda a sua obra, é componente essencial da visão de mundo de Celso Furtado. Em algumas de suas obras a exposição de matérias se dá pela rigorosa explicitação das transformações históricas da organização da vida econômica de certas regiões — isto pode ser visto nos livros *A economia brasileira*, de 1954; *Formação econômica do Brasil*, de 1959; e *Formação econômica da América Latina*, de 1969. Nos três casos o que se tem não é historiográfica econômica propriamente dita, como disse Furtado na Introdução de *Formação econômica do Brasil*: “Omito-se quase totalmente a bibliografia histórica brasileira, pois escapa ao campo específico do presente estudo, que é simplesmente a análise de processos econômicos e não reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos [...]” (FURTADO, 1970, p. 2).

O tema é complexo e está longe de ter encaminhamento único e consensual. A primeira providência nesse caso seria buscar um conceito de história que possa servir de balizador da discussão que importa fazer. Na verdade, trata-se de escolher conceito de história entre perspectivas discrepantes. Se de um lado há a ampla e compreensiva visão de Marc Bloch, que vê a história como a “ciência dos homens no tempo”, parte significativa da historiografia contemporânea também foi impactada pela voga pós-moderna em sua recusa de pensar questões estruturais, macroprocessos, totalidades. Com isso não se quer negar o valor de certas contribuições da “micro-história”, de “*nouvelle nouvelle histoire*” na compreensão de fenômenos que convocam a colaboração entre a história, a antropologia, a psicologia social, a sociologia.

A questão aqui é que a condenação cabal das “grandes narrativas” feita pelas correntes pós-modernas, condenação decorrente do incontornável comprometimento autoritário que as grandes narrativas carregariam, resultou tanto em uma radical objeção às tentativas de compreensão de processos estruturais, de totalidades, quanto em igualmente problemática valorização dos indícios, dos fragmentos, das particularidades tomadas como os únicos objetos-escalas legítimos do discurso historiográfico. Ora, há nesse caso uma clara operação da fetichização metodológica. Quando arqueólogos ou paleontólogos recorrem aos fragmentos e extraem deles conhecimentos válidos sobre realidades mais vastas, a partir de seus fragmentos, eles o fazem não porque considerem os fragmentos os instrumentos mais adequados para a compreensão dos seus objetos de pesquisa, mas porque eles são os únicos acessos possíveis, os únicos registros disponíveis das realidades em estudo. O fragmento, o resíduo, o resquício, um pedaço de cerâmica, um fragmento de osso, um resto de fogueira, uma pintura numa caverna são os acessos possíveis para as tentativas de compreender grupos humanos extintos, que deixaram esses sinais de sua presença no mundo. Para dizer numa palavra, recorre-se ao fragmento na ausência de registros mais amplos e abrangentes, porque o objeto da investigação é o todo do qual só restou o fragmento. Transformar o fragmento no único objeto legitimamente passível de investigação é, de fato, uma forma exacerbada de fetichismo teórico-metodológico de nenhum modo neutro em suas implicações político-ideológicas conformistas e alienantes.

A busca da interdisciplinaridade está na base do programa da *École des Annales*, criada por Lucien Febvre e Marc Bloch. Tratava-se, para a primeira geração dos *Annales*, de aproximar as diversas ciências sociais, fazê-las dialogar como condição para a compreensão “dos homens no tempo”, isto é, da totalidade da experiência humana, no tempo e no espaço, de suas formas de produção e reprodução material, de suas formas simbólicas, de seus valores e costumes, de suas ideias, de seus projetos, de suas instituições.

Com efeito, todo acontecer humano é objeto de história. Para dar conta dessa enormidade foram estabelecidos certos princípios, que os historiadores têm aceitado unanimemente. Um primeiro princípio diz respeito à centralidade do documento para a legitimidade do discurso historiográfico; outro princípio básico diz respeito à exigência de se evitar o anacronismo. Ao mesmo tempo sabe-se, com Benedetto Croce, que “toda história é história contemporânea”. Entre esses dois polos antitéticos — resistir ao anacronismo e reconhecer a inescapável intersubjetividade do fazer histórico — navega a historiografia imersa nessa tensão que não se resolve a não ser parcial e provisoriamente. Johan Huizinga, grande historiador holandês, disse: “A história distingue-se destas

outras formas do espírito (filosofia, literatura, direito, as ciências naturais) na medida em que se projeta sobre o passado e somente sobre o passado. Pretende compreender o mundo no passado e através dele” (HUIZINGA, 1980, p. 92). Não é preciso concordar inteiramente com Huizinga para reconhecer um ponto decisivo de sua tese: é que o que distingue, essencialmente, a história das outras disciplinas não é o fato dela buscar reconstituir o passado, mas de buscar fazê-lo considerando apenas o que o próprio passado produziu, suas mentalidades, “suas utensilagens mentais”, como disse Lucien Febvre, seus conceitos e símbolos, suas tecnologias e instituições, seus vocabulários e formas de representação.

É exatamente pela centralidade desse sentido forte de história, desse conceito de história, que, muito do que é feito pelos economistas que se dedicam aos estudos dos fenômenos econômicos no tempo, não seja, propriamente, história econômica, mas econometria retrospectiva, que atende também pelo nome de cliometria.

Para um dos corifeus dessa corrente, Robert William Fogel, a historiografia contemporânea estaria dividida em duas grandes tendências: a história “científica”, isto é, a cliometria, e a história tradicional. A maneira como Fogel descreve a história tradicional, sendo precisa, é quase um elogio que, no entanto, não o convence. Diz ele: “Os historiadores tradicionais aspiram a retratar o campo inteiro da experiência humana, a captar todos os traços essenciais da civilização que estão estudando, e a fazê-lo de forma que isso tenha aplicação para o presente” (FOGEL, 1989, p. 33). Está muito bem dito. É por isso que é surpreendente a adesão do autor à cliometria, à história “científica”, que ele caracteriza assim:

Ainda que os cliometristas sejam, às vezes, aludidos como pertencendo a uma “escola”, o termo é um tanto rigoroso já que a cliometria abraça matérias, pontos de vista e metodologias distintas. A característica comum dos cliometristas é que aplicam os métodos quantitativos e os modelos comportamentais das ciências sociais ao estudo da história. O enfoque cliométrico adquiriu desenvolvimento sistemático, pela primeira vez, na história econômica. Porém, por contágio, se difundiu rapidamente em campos tão diversos como a história demográfica e da família, como a história urbana e a história parlamentar, a história eleitoral e a história étnica.(FOGEL, 1989, p. 41)

#### Sobre a cliometria disse Hobsbawm:

Isso me remete à questão da cliometria, a escola que transforma a história econômica em econometria retrospectiva. Seria absurdo rejeitar como inadequados a um segmento da história a quantificação e aplicação de tais ferramentas estatísticas, matemáticas e outras. Quem não consegue quantificar, não consegue escrever história. Como já anunciava August Ludwig von Schlözer, esse ornamento de Göttingen do século XVIII: a estatística é história

estatística, a história é estatística em movimento. Devemos saudar a notável contribuição dos cliometristas à mensuração na história e, certamente no caso de Fogel, sua impressionante engenhosidade, originalidade na busca de fontes e técnicas matemáticas. Porém, a característica específica dos cliometristas não é essa, mas a de testar proposições da teoria econômica, na maioria, de inspiração neoclássica. (HOBSBAWM, 1998, p. 126)

### Igualmente cômico das contribuições da cliometria e de seus limites, diz Josep Fontana:

Que a história econométrica não se tenha mostrado capaz de oferecer-nos uma visão global satisfatória da evolução social, não quer dizer que não tenha que se ter em conta as suas contribuições. No fundamental, trata-se de uma coleção de princípios metodológicos — não de um corpo de teoria — ou, se se quer dizer com palavras mais simples, de uma caixa de ferramentas. E não é certo que essa caixa tenha sido feita para funcionar exclusivamente num contexto de teoria econômica neoclássica. [...] O maior problema se apresenta, precisamente, quando o “cliômetro” não se resigna a investigar setores limitados da realidade, mas sim que pretende aplicar os seus métodos, sem mais equipamento que o da teoria evolucionista, a uma sociedade inteira, para oferecer-nos explicações globais. (FONTANA, 1998, p. 196-197)

De fato, não é preciso aceitar que a cliometria seja reduzida à disciplina auxiliar da teoria econômica, ou a uma forma de teoria neoclássica aplicada, como quer Peter Temin (FONTANA, 1998, p. 196). Num sentido mais amplo, a mobilização da história em estudos econômicos não é exclusividade de uma corrente ou escola de pensamento do mesmo modo que também não é exclusividade a sua busca de quantificação dos fenômenos econômicos. O que efetivamente distingue as correntes e escolas de pensamento econômico, que incorporam a história e a quantificação, é quão conscientes ou dispostas estão para considerarem o problema do anacronismo, de um lado, e de outro lado, para conceberem a história como processo, como possibilidade de surpresas, como possibilidade de emergência da diferença, da alteridade, como contradição em processo, como complexo de complexos, como conjunto de conjuntos.

Uma significativa compreensão do que está em jogo quando se fala da presença do anacronismo em história econômica é o livro de Ellen Meiksins Woods, *A origem do capitalismo*, quando considera as teses, de variadas correntes teóricas, metodológicas e ideológicas, sobre a gênese do capitalismo, e constata que autores tão diversos como Max Weber e Paul Sweezy compartilham a mesma visão sobre o nascimento do capitalismo, tomado como uma inevitabilidade, como algo que esteve sempre presente na história humana, como realização da racionalidade maximizadora e hedonista da natureza humana. A partir desse

ponto de vista, a história econômica mundial é transformada em inventário dos descaminhos da experiência humana até a plena constituição do capitalismo, que sempre esteve querendo nascer, desde a Antiguidade, tendo enfrentado obstáculos e bloqueios que, finalmente, foram vencidos na modernidade. Para Ellen Wood, uma das poucas perspectivas teóricas que não sucumbiram ao anacronismo é a de Karl Polanyi, que não vê o capitalismo como inscrito na ordem das coisas, como resultado da caminhada humana rumo ao progresso. Para Polanyi o capitalismo é uma entre várias possibilidades concretas de organização da vida socioeconômica, de organização da produção, reprodução e distribuição da riqueza, enfim, que o capitalismo poderia não ter acontecido, que outras formas de vida social existiram, existem e podem ser criadas, para além do modo de produção de mercadorias e do capital (WOOD, 2001).

Foi Marx quem apontou para a limitação básica da economia política clássica, em suas melhores versões, que é naturalização das relações econômicas que realizam, tornando estáticas e eternas relações, processos, realidades, que são, essencialmente, históricas, e dinâmicas, conflituosas, disruptivas. O substantivo da visão de Marx foi incorporado por outras correntes e escolas de pensamento econômico, diz Fontana:

Foi no final da Segunda Guerra Mundial, quando a preocupação pelos problemas do crescimento econômico levou a um novo casamento da história e teoria, que pode perceber-se nos estudiosos do subdesenvolvimento, como Gunnar Myrdal, que, no prefácio de seu *Asian Drama*, declara que o seu percurso pessoal levou-o, de uma preocupação exclusiva pela teoria econômica, à convicção de que os problemas econômicos devem ser estudados necessariamente “no seu contexto demográfico, social e político”, ou como Celso Furtado, que dedica ao “enfoque histórico” uma parte inteira de sua *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Em geral pode dizer-se que a maior parte da literatura sobre o desenvolvimento — em contraste com a que pretendia formular modelos abstratos de crescimento — mostrava uma declarada preocupação pela integração de dados extraeconômicos nos seus quadros explicativos, o que se traduziu numa atenção considerável à história. (FONTANA, 1998, p. 188)

De fato, a história em Celso Furtado é tanto um dado decisivo de sua teoria do desenvolvimento econômico, como é central em suas explícitas tentativas de estudar processos concretos de desenvolvimento econômico: o Brasil, a América Latina. Mas, a presença da história na obra de Celso Frutado vai além: seu livro *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII* não é obra de economista que mobiliza a história, mas é obra especificamente de historiografia econômica, obra de historiador da economia (FURTADO, 2001).

## Celso Furtado e a história econômica

Publicado apenas em 2001, a tese de doutorado de Celso Furtado, defendida na França em 1948, por iniciativa do professor Tamás Szmrecsányi, ficou por longo tempo desconhecida até mesmo de grandes estudiosos de sua obra, como é o caso de Francisco Iglésias (IGLÉSIAS, 1971). A publicação dessa obra permite que se avalie, com mais acuidade, o pensamento de Celso Furtado em suas várias dimensões. Iglésias, com a habitual lucidez, sublinhou, em 1971, três dimensões fundamentais da atuação de Furtado: o economista, o historiador, o homem público. Sua obra e sua ação posterior revelaram com mais força outras dimensões: o pensador da cultura, o ensaísta filosófico, enfim, confirmaram-no como o grande intelectual brasileiro da segunda metade do século XX.

Discuta-se aqui o historiador da economia e seu livro *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. Trata-se de livro informado pelo mais avançado do estado da arte da historiografia de então, e por amplo conhecimento das fontes e historiografias do Brasil e de Portugal. Estão lá grandes nomes da historiografia europeia, como Werner Sombart e Henri Pirenne, grandes historiadores portugueses como Alexandre Herculano, Oliveira Martins, António Sérgio, João Lúcio Azevedo, Jaime Cortesão. Destaque-se, também, no livro, a presença dos cronistas portugueses — Duarte Fernandes, Pêro Lopes de Souza, Gil Eanes, Pêro de Magalhães Gândavo, Gomes Eanes de Zurara, Gabriel Soares de Souza — e as primeiras marcantes tentativas de interpretação histórica da realidade brasileira: de 1618, de Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogos das grandezas do Brasil*; do Frei Vicente do Salvador, de 1627, *História do Brasil*; de Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, de 1711; de 1802, *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*, de Luis dos Santos Vilhena; além dos trabalhos efetivamente historiográficos de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Pedro Calmon, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Roberto Simonsen; das obras de sociologia e antropologia de Nina Rodrigues, Oliveira Viana, Artur Ramos, Gilberto Freyre, Nestor Duarte.

As circunstâncias da escolha do tema da tese de 1948 foram relatadas por Celso Furtado em sua obra autobiográfica e remetem à extraordinária figura de Paulo Emílio Sales Gomes, então trabalhando no Museu do Homem, em Paris, dirigido por Paul Rivet. Foi Paulo Emílio quem informou Celso Furtado da excelente Coleção Brasileira do Museu. Conta Furtado:

Logo pude comprovar que se tratava de belíssima coleção de livros sobre o Brasil, provavelmente doação do governo brasileiro. Decidi-me de imediato. Estudaria a economia colonial brasileira no período do açúcar, época em que ao Brasil coubera papel eminente



no comércio internacional. Quando expus a ideia ao professor Byé, ele pensou um pouco e observou: “De acordo, sempre que você faça um paralelo com a economia açucareira da Antilha francesa, concorrente da brasileira.” (FURTADO, 1985, p. 28).

Seus professores na Universidade de Paris e no Instituto de Estudos Políticos, uma das chamadas *grandes écoles* da vida cultural francesa, a Sciences Po, estavam entre os mais prestigiados da academia francesa: Jean Baby, professor de história do socialismo; Auguste Cornu, professor de marxismo; Jean-Jacques Chevallier, história das ideias políticas; Charles Morazé, história dos fatos econômicos; Jacques Rueff, professor de princípios econômicos e políticos (D'AGUIAR, 2014, p. 23).

Seu professor de história econômica, Charles Morazé, é um dos expoentes da *École des Annales*. Sua *Introdução à história econômica* é um significativo exemplo do modo de pensar dos Annales ao situar a história econômica no âmbito de uma história humana, de uma totalidade que inclui as dimensões geográficas, demográficas, psicológicas, políticas, culturais dos fenômenos econômicos (MORAZÉ, 1959). Essa lição, apreendida com os mestres da *École des Annales*, terá decisiva influência tanto no projeto especificamente historiográfico de Celso Furtado, como marcará o conjunto de sua obra, sua visão de mundo, seu modo específico de considerar os problemas econômicos vistos sempre em perspectiva globalizante, em perspectiva efetivamente interdisciplinar. O grande livro de Morazé — *Os burgueses à conquista do mundo* — é uma história do capitalismo triunfante no século XIX a partir das experiências da Inglaterra, França e Alemanha. No prefácio que escreveu para o livro, Fernand Braudel acentuou algo que vale perfeitamente para a obra da história econômica de Celso Furtado. Diz Braudel:

Um livro caracteriza-se tanto pelo que recusa como pelo que aceita. Este recusa a história breve, precipitada, instantânea, vista no dia a dia, à qual os nossos mestres de ontem nos tinham habituado, essa história em que se acotovelam acontecimentos a todas as escalas, indivíduos de todas as estirpes, na sua suntuosa pretensão de serem decisivos... Aqui, os acontecimentos serão reduzidos ao mínimo. Apenas alguns foram incluídos: testemunhos de uma topografia antiga, balizam o terreno, marcam o espaço e distâncias segundo as medidas clássicas. (BRAUDEL, 1965, p. 11)

Como Morazé, Celso Furtado não fez de sua historiografia econômica um regurgitar de datas, nomes, eventos e mesmo quando os convoca são outros os nomes, não são os costumeiros, são outras as clivagens e os processos em destaque. Como viu Francisco Iglésias:

Um livro de história econômica (como qualquer outro de história, aliás) não será necessariamente reconstituição de fatos; pode ser de análise de processos. [...] Demais o simples fato (ou evento, como gosta de dizer Celso Furtado), sem a compreensão do processo, não é nada, reduzindo o trabalho a aumento de informações, ao que se tem chamado história narrativa [...] (IGLÉSIAS, 1971, p. 201)

Recusando a história narrativa, Celso Furtado confirmou a decisiva contribuição da *École des Annales*, no sentido posto por Lucien Febvre — como um interminável repórter de problemas, uma descoberta ou redescoberta perpétua (BRAUDEL, 1965, p. 12).

O que veio a constituir-se no “problema” central da pesquisa furtadiana, sua interrogação permanente, delineou-se a partir da tese de 1948. Diz ele:

O esforço para compreender o atraso brasileiro levou-me a pensar a especificidade do subdesenvolvimento. Que caminhos nos haviam trazido ao subdesenvolvimento? [...] Tratava-se, então, de um estágio evolutivo ou de uma conformação estrutural que tende a reproduzir-se? Ao introduzir a dimensão histórica, fui levado também a colocar a questão metodológica: que contribuição podia dar as ciências sociais, em particular a economia, ao estudo da história? Pergunta similar vinha sendo feita pelos historiadores europeus da *École des Annales*. Eles buscaram ajuda nas ciências sociais, e nós partindo destas, buscávamos as respostas na história. Minha indagação partia da ideia de que o subdesenvolvimento, por sua especificidade, estava fora do alcance explicativo das teorias do crescimento econômico. Convenci-me desde então de que o subdesenvolvimento era a resultante de um processo de dependência, e que para compreendê-lo era necessário estudar a estrutura do sistema global: identificar as invariâncias no quadro de sua história. (FURTADO, 2002, p. 72-73)

A compreensão do subdesenvolvimento, a constatação de que isso não pode se dar senão levando em conta a estrutura global do sistema estão presentes na obra de Furtado desde a tese de 1948 e sintetizam o que se pode chamar o problema de Furtado, que ele próprio chamou de obsessão:

Fora tomado de obsessão de estudar a economia do nosso país, de deslindar as causas do seu singular atraso. Essas causas teriam de ser desentranhadas da história, das peculiaridades do processo formativo do país. Não adiantava comparar modelos abstratos nem vestir a realidade com as camisas pré-fabricadas dos “modos de produção”. Havia que abarcar a realidade complexa com a imaginação e submetê-la em seguida a testamento analítico. (FURTADO, 1985, p. 67)

Nesse, como em outros momentos, Celso Furtado fez questão de marcar sua distância do marxismo. A menção à “camisa pré-fabricada dos ‘modos de produção’” remete a certo marxismo dogmático, que passou por ser a única forma

possível de marxismo, com consideráveis danos para o desenvolvimento do marxismo como teoria crítica. Contudo, a possível hegemonia do marxismo dogmático não impediu importantes contribuições da historiografia marxista como se viu na Grã-Bretanha, na França, na América Latina. Obras como as de José Carlos Mariátegui, Sérgio Bagu, Caio Prado Júnior, mostram que o marxismo não foi só falsa ortodoxia e dogmatismo. De todo modo, é significativa a presença de Marx na obra de Celso Furtado. Em sua tese de 1948, Celso Furtado incorporou o decisivo marco interpretativo cunhado por Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil contemporâneo*, que é o sentido da colonização. É este o bastidor no qual a trama da formação do Brasil no período colonial foi tecida. Perguntar sobre o sentido da colonização foi o modo como Caio Prado Júnior buscou enquadrar a formação da economia colonial no âmbito maior da constituição do capitalismo. Para falar mais concretamente, o “sentido da colonização”, categoria básica mobilizada por Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil contemporâneo*, remete ao processo de acumulação primitiva do capital na qual teria lugar de destaque o sistema colonial.

Não há propósito em inventariar aqui a polêmica que se estabeleceu, a partir dos anos 1970, sobre a limitação do enfoque “circulacionista” de Caio Prado Júnior, que teria subestimado, ou em versões mais extremadas, ignorado, a existência de uma economia colonial capaz tanto de reter parte do excedente gerado, quanto de autonomia relativa de suas relações econômicas e sociais. De fato, a visão de Caio Prado Júnior ao enfatizar as relações de dominação metropolitanas, a existência de mecanismos de exploração colonial, não é incompatível com as teses que afirmam a existência de um modo de produção colonial (escravista) no Brasil. Com efeito, o fato de Caio Prado Júnior não ter usado o conceito de modo de produção colonial, de não ter analisado seus elementos constitutivos e sua dinâmica, não significou ignorar a vida econômica, política e social da colônia, que elas estão lá, em *Formação econômica do Brasil*, densamente reportadas. São, certamente, significativos avanços na compreensão da história do Brasil as contribuições de historiadores como Jacob Gorender e Ciro Flamarion Santana Cardoso que identificaram e estabeleceram as conexões existentes entre as diversas dimensões da vida econômico e social da colônia brasileira conformadoras de um modo de produção específico, colonial, escravista (GORENDER, 1978; CARDOSO, 1980).

Ter apontado, como fez Caio Prado Júnior, as relações assimétricas entre colônias e metrópoles, ter insistido na centralidade dos superlucros coloniais como aportes decisivos para o processo de acumulação de haveres monetários — que foi um dos pilares básicos da acumulação primitiva de capital — não impediu que o historiador Fernando Novais, a partir da mesma matriz interpretativa de Caio Prado Júnior, tenha utilizado em pelo menos duas vezes, em *Portugal e Brasil na crise*

do antigo sistema colonial (1777-1808), expressões que são perfeitamente convergentes com o conceito de modo de produção: “E de fato, não só a concentração dos fatores produtivos no fabrico das mercadorias-chave, nem apenas o volume e o ritmo em que eram produzidas, mas também o próprio modo de sua produção define-se nos mecanismos do sistema colonial” (grifos de NOVAIS, 1979, p. 97). Ver ainda: “Não terminaram porém aqui as implicações do modo que assume a produção colonial.” (grifos de NOVAIS, 1979, p. 108).

Fernando Novais na introdução que escreveu para *Formação do Brasil contemporâneo* da coleção *Intérpretes do Brasil*, coordenada por Silvano Santiago, no âmbito das comemorações dos 500 anos das viagens cabralinas, chamou atenção para a articulação efetivamente dialética que Caio Prado Júnior estabeleceu a partir do conceito de “sentido de colonização”. Diz Fernando Novais:

[...] o “sentido”, isto é, a essência do fenômeno, explica suas manifestações, e ao mesmo tempo explica-se por elas. A cada capítulo, a categoria inicial e básica vai se enriquecendo, ao mesmo tempo em que ilumina novos setores da realidade. Não se trata, portanto, na constante recorrência ao ponto inicial, de simples recursos de ênfase: uma vez fixada a essência do fenômeno, dispõe-se da categoria explicativa básica para a reconstrução da realidade, dando-lhe inteligibilidade: daí, a volta permanente ao ponto de partida [...] E o livro de Caio Prado Júnior começa a aparecer como um exemplo bem-sucedido na prática da dialética. (NOVAIS, 2000, p. 1112)

Celso Furtado incorporou o “sentido de colonização” ao seu modo de ver a economia colonial brasileira. Para ele as características centrais da colonização brasileira teriam de tal forma se enraizado e conformado a formação da sociedade brasileira que algumas de suas manifestações e instituições teriam sobrevivido como atavismos bloqueadores da constituição de uma sociedade democrática e incluyente. Estes atavismos seriam: a concentração da renda e da riqueza; o atraso tecnológico; o patriarcalismo (FURTADO, 2001, 3ª parte). A busca da superação desses atavismos coloniais foi o programa fundamental da ação política e intelectual de Celso Furtado desde sua tese de 1948 até o final de sua vida.

### **Economia colonial brasileira nos séculos XVI e XVII**

Em seu doutorado Celso Furtado tomou conhecimento, com intérprete qualificado, Charles Morazé, da metodologia da *École des Annales*, de sua constante busca de diálogo entre a história e as ciências sociais. Entre as características-chave da historiografia dos Annales está a proposição de que a história deve ser história global, totalizante, interdisciplinar para oferecer explicações de

conjunto dos processos sociais no tempo. Esta compreensão dar-se-ia mediante a identificação de um problema, que, por sua centralidade, ao ser investigada revelaria o essencial do que se busca compreender. Para dizer como Lucien Febvre: “Historiador não é o que sabe, senão o que investiga [...] Quando se trata de fatos históricos, não teremos nunca convicções absolutas [...] investigamos, realizamos buscas, levando apenas a razão como guia e luz” (FEBVRE, *apud* BERR, 1959, p. VI).

Exemplifique-se o que a historiografia dos Annales chamou de “problema”. Em 1924, Marc Bloch publicou um extraordinário livro — *Os reis taumaturgos* —, cujo objeto era explicar o significado da longa permanência na crença no poder de cura da imposição das mãos dos reis da França e Inglaterra sobre doentes padecentes de escrófulas, uma inflamação dos gânglios linfáticos provocadas por bacilos de tuberculose (BLOCH, 1988, p. 35-36). Diz Bloch:

Os reis de França e Inglaterra, pelo simples contato de suas mãos, realizado segundo os ritos tradicionais, pretendiam curar os escrofulosos. Quando começaram a exercer este milagroso poder? Como foram levados a reivindicá-lo? Como seus povos chegaram a reconhecê-lo? São problemas delicados, que tratarei de resolver. (BLOCH, 1988, p. 36)

Resolver esses problemas significou, ao fim e ao cabo, deslindar as camadas de significados e interesses, que, incrustados nas mentalidades, nas práticas, nas instituições daqueles países, repercutiam, de fato, tanto a luta pela supremacia do poder temporal sobre o espiritual, quanto a própria consolidação de duas monarquias feudais em constantes disputas internas, com suas nobrezas rebeldes, e externas, sobretudo, depois da vitória do rei francês Filipe Augusto sobre o regente do trono inglês, João Sem Terra, em 1214.

Outro exemplo de postulação de um problema histórico capaz de iluminar toda uma época, uma cultura, é o que nos deu Lucien Febvre com seu livro *O problema da descrença no século XVI — A religião de Rabelais*, de 1942. Aqui o problema posto é se Rabelais, o grande escritor satírico francês do século XVI, poderia ser, de fato, um ateu, um homem descrente da existência de Deus, e assim autor de uma obra vigorosamente cética, libertina, racionalista, antecipadora da ilustração. A resposta de Febvre é pela negativa. Para ele, o século XVI não possuiu categorias mentais capazes de expressar um mundo sem Deus, de tal modo que o século XVI que Febvre revela é pleno de religiosidade, de fé. Vivendo o momento do grande cisma do cristianismo, contemporâneo de Erasmo, Lutero, Calvino, Rabelais manteve-se próximo da posição de Erasmo em sua condenação da intolerância, das fogueiras, em seu persistente carinho a um cristianismo humanizado que punha diante de um Deus paternal seres humanos livres “que

se dirigiam para Ele, sem ritos nem intermediários, o harmonioso canto de uma fé sossegada, serena e doce” (FEBVRE, 1959, p. 293).

Não será o século XVI o tempo da razão crítica. Ela terá de esperar. É isso que surpreendeu Paul Hazard em seu grande livro *A crise da consciência europeia (1685-1715)*, cujo problema é entender as determinações que levaram a uma mudança radical da cultura no sentido de:

A uma civilização fundada sobre a ideia de dever, os deveres para com Deus, os deveres para com o príncipe, os “novos filósofos” buscaram substituí-la por uma civilização fundada na ideia de direitos: os direitos da consciência individual, os direitos da crítica, os direitos da razão, os direitos do homem e do cidadão. (HAZARD, 1952, p. XIII)

Também Celso Furtado organizou sua obra, o fundamental de seu trabalho como economista, historiador e homem público a partir de um problema, que está posto desde a sua tese de doutorado e que ali aparece como a permanência dos “atavismos coloniais” do Brasil, um sistema econômico em que “o centro de gravidade da economia do país estará fora dele. Os interesses da terra não contarão para nada: o bem-estar da população jamais será tido em conta” (FURTADO, 2001, p. 142). Esses atavismos serão considerados depois como características do subdesenvolvimento, como características do capitalismo dependente, que se desenvolveu no Brasil, que se modifica sempre, urbanizando-se, modernizando-se, industrializando-se. Continuou periférico, nas palavras de Furtado:

Em minhas primeiras disquisições teóricas, o problema que mais me apaixonou foi o de encontrar explicação para o fato de que a elevação da renda da população brasileira e o avanço considerável de nossa industrialização não se traduziram em redução da heterogeneidade social do país, ao contrário do que ocorreu nas economias que chamamos desenvolvidas. Como explicar a persistência de nosso subdesenvolvimento se somos uma das economias que mais cresceram no correr do último meio século? Observando a realidade de outro ângulo: por que o assinalado crescimento da riqueza nacional somente beneficia uma parcela reduzida da população? (FURTADO, 1998, p. 58)

Cinquenta anos antes dessa formulação, na tese de 1948, o problema não podia aparecer desse modo. A industrialização brasileira ainda era incipiente, como incipientes eram a modernização e a urbanização brasileira naquele imediato pós-guerra. Contudo, o núcleo do problema, a grande questão a ser enfrentada já se manifestava ali inteira — como explicar o atraso brasileiro depois de cem anos de significativo processo de modernização? De fato, a partir de 1850, o Brasil experimentou considerável modernização de suas estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais no sentido da imposição

da ordem social competitiva, como está em Florestan Fernandes: a constituição dos mercados de trabalho, terra e dinheiro; a constituição do Estado burguês, cujos marcos legais foram estabelecidos com a Abolição, em 1888, a República, em 1889, a Constituição Republicana, em 1891, e o Código Civil, de 1916 (SAES, 1985). Na base desse processo de modernização a dinâmica da economia cafeeira foi a alavanca decisiva da imposição de relações capitalistas de produção no Brasil, que, inicialmente, centradas em São Paulo, acabaram por condicionar ou subordinar outras regiões econômicas, sem que isso tenha significado homogeneização estrutural, senão que variados arranjos heteróclitos em que o velho e o novo, o moderno e o atraso se articularam dialeticamente, como bem viram Francisco de Oliveira e José de Souza Martins (OLIVEIRA, 2003; MARTINS, 1975 e 1979).

Em 1948, Celso Furtado formulou uma pergunta que o perseguiu por todo o tempo: como explicar o atraso brasileiro em meio a tantas e significativas potencialidades e recursos? Durante esse longo tempo, mais de 50 anos, tanto a pergunta foi sendo atualizada, como resultado das mudanças que o país e o mundo vivenciaram, como, em consequência, também as respostas tiveram de se adequar. Temas e questões postas em 1948 como o atraso tecnológico, os déficits democráticos da vida política brasileira se mantiveram centrais. Outras questões, como a monocultura, nos nossos dias, não têm a envergadura que tinham então, ainda que continue pesando muito sobre a estrutura agrária brasileira, o latifúndio, a concentração da renda e da riqueza. Seria de todo extravagante se os problemas brasileiros e mundiais, em suas peculiaridades empíricas, se mantivessem os mesmos, por mais de 50 anos, num mundo em estado de permanente turbulência.

Já foi dito que Celso Furtado em seu doutorado sintonizou-se ao estado da arte do melhor da historiografia europeia. Sua tese reflete isso de várias maneiras, pelos autores e fontes que mobilizou, pelo enquadramento dos problemas teóricos e historiográficos que fez. Nesse amplo campo de referências tem, pela escolha mesmo do tema da tese, lugar de destaque a historiografia portuguesa e nela o historiador e ensaísta António Sérgio. Ao tomar António Sérgio como referência importante para a sua pesquisa, Celso Furtado convocou uma problemática da cultura portuguesa, na verdade da cultura ibérica, que desde a segunda metade do século XVI tem obsedado uma geração de políticos, ativistas, intelectuais. O que teria acontecido para que, depois de dois séculos de grandezas e riquezas, o XV e o XVI, séculos ibéricos por excelência, a península se afundasse em crises e apequenamentos recorrentes?

Essa questão foi intuída ainda em momento de auge aparente. Em 1572, Camões, em *Os Lusíadas*, já tinha antevisto a sombra do fracasso português na fala do velho Restelo. Este personagem assistiu à partida de Vasco da Gama e viu a aventura marítima portuguesa com descontentamento e profética denúncia de um povo que se deixava levar pela “cobiça, vaidade, fraudulenta gente, por promessas de reinos e de minas de ouro, com bruta crueza e feridade que se pôs o nome de ‘esforço e valentia’, e que acaba por despovoar o Reino antigo, enfraquecê-lo seduzido pela Fama, pela Glória...” (CAMÕES, 1963, p. 112-113).

O ilusório da riqueza como fruto exclusivo da posse de metais preciosos está na base da igualmente veemente denúncia da decadência portuguesa feita pelo padre Antônio Vieira, em sermão proferido em Belém do Pará, em 1656, “Sobre as verdadeiras e as falsas riquezas”. Com efeito, este sermão é de antes da expansão da produção aurífera de Minas Gerais e traduz tanto a visão de Vieira sobre o fracasso da experiência espanhola em suas possessões no Novo Mundo, quanto um conceito de economia política, que o faz antecessor dos fisiocratas em sua convicção de que a riqueza efetiva é aquela que deriva de atividade agrícola (VIEIRA, s.d., p. 109-155).

Constatada a crise ibérica já no final do século XVI, o século XVII assistiu a diversas tentativas de diagnosticá-la e tentar superá-la. Foi isso que Antônio Sérgio nos trouxe ao reunir as obras de Luis Mendes de Vasconcelos, *Diálogos do sítio de Lisboa*, de 1608; Manuel Severim de Faria, *Dos remédios para a falta de gente*, de 1655; e de Duarte Ribeiro de Macedo, *Sobre a introdução das artes*, de 1675. Neste último livro, ao par de diagnóstico sobre as causas da crise do Reino português, há proposta concreta para a superação de seus males, a “introdução das artes no Reino”, isto é, de manufatura. Diz Duarte Ribeiro de Macedo:

1º) Que a introdução das artes evitará em comum o dano que fazem ao Reino o luxo e as modas; 2º) Que tirará a ociosidade do Reino; 3º) Que fará mais povoado e abundante de gente e frutos, e poderá, sem que lhe faça falta, ter gente para as colônias e para a guerra; 4º) Que a Portugal mais que a qualquer outra nação da Europa, é útil e necessária a introdução das artes; 5º) Que as rendas reais se aumentarão. (MACEDO, 1974, p. 200)

No século XVIII, a governação do Marquês de Pombal, de 1750 a 1777, foi marcada por iniciativas reformistas, em variados campos, informadas por certo Iluminismo que, afinal, não conseguiram reverter o quadro geral da crise portuguesa no âmbito da crise geral do Antigo Regime, explicitada por eventos marcantes como a independência norte-americana, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Nesse contexto, o esforço reformista de Pombal padecia das debilidades típicas de um projeto ambivalente em seus compromissos



e conteúdos típicos do Antigo Regime (absolutismo monárquico; hegemonia de política econômica mercantilista metalista; restrições às liberdades de pensamento e de circulação de ideias). Nas palavras de Kenneth Maxwell:

Um dos colaboradores mais próximos de Pombal na área da reforma educacional e eclesiástica, Antônio Ribeiro dos Santos, durante um período de autocrítica após a morte de Pombal, resumiu o paradoxo do autoritarismo e do iluminismo de Pombal do seguinte modo: “[Pombal] quis civilizar a nação e, ao mesmo tempo, elevar o poder real do despotismo. Esse paradoxo, comum entre os absolutistas europeus do século XVIII mas que encontra talvez o seu exemplo mais extremo em Portugal.” [...] (MAXWELL, 1996, p. 1-2)

De resto, sabe-se que a chamada “viradeira” — quadro político que se seguiu à morte de D. José e a queda de Pombal, em 1777 — não significou, efetivamente, mudança no sentido geral das mudanças ensaiadas por Pombal. Com efeito, as políticas pombalinas continuaram, em grande medida, a ser implementadas por homens como Dom Rodrigo de Souza Coutinho, e outros, que vieram a constituir a geração de estadistas responsáveis pelo falhado projeto do império luso-brasileiro no contexto da transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808 (FALCON, 1982).

Quando, ao longo do tempo, aconteceu de falharem as tentativas de remediar os males da sociedade portuguesa houve quem apelasse para o mítico e o místico, como o sapateiro Bandarra que lançou a voga do “sebastianismo”, da volta triunfal do jovem rei morto em 1578, que o padre Vieira abraçou e que continuou viva até o século XX, com Fernando Pessoa. Disse Francisco Iglésias:

Pessoa amou na história do seu país principalmente o que se aproximava da magia ou mistério. Basta lembrar que um dos seus personagens preferidos era o padre Antônio Vieira, profeta e messiânico, a ponto de ser acusado de judaísmo e outros erros pela Inquisição, com a qual se viu às voltas algumas vezes. Dos textos de Vieira, gostava particularmente de *História do futuro*, em que o jesuíta espera a ressurreição da pátria. É o mito do Quinto Império, exposto pelo Bandarra, em que Vieira acreditava, estranho poeta popular e sapateiro de Trancoso, que fez profecias. Pessoa também tinha o culto de Bandarra. (IGLÉSIAS, 1971, p. 275-276)

O século XIX, português, como os anteriores, desde o XVI não assistiu a grandes mudanças apesar dos esforços reformistas de Mouzinho de Silveira, como disse Joel Serrão:

Forjador do Portugal contemporâneo, quase pesou exclusivamente sobre os ombros de Mouzinho, no momento paroxístico e genesiaco da guerra civil, a responsabilidade da

tremenda e necessária reforma das instituições do antigo regime, nas suas inseparáveis implicações socioeconômicas e políticas. (SERRÃO, 1971, vol. 6, p. 888)

Mouzinho da Silveira morreu em 1849, muito tempo depois de ter abandonado a política, sem que sua obra reformista tivesse tido continuidade. Seu exemplo, por certo, inspirou a Geração de 1870, que será, sob vários aspectos, a grande renovadora da vida cultural portuguesa, com nomes como Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão; que desdobrasse nos Vencidos da Vida, que reuniu António Cândido, Carlos Lobo de Ávila, o Conde de Sabugosa, Guerra Junqueiro, o Conde de Arnoso, o Marquês de Soveral, o Conde de Ficalho e Carlos Lima Mayer (TORRES, 1967; MACEDO *et al.*, 1989).

À Geração de 1870 colocou-se o problema recorrentemente posto por várias gerações de portugueses, em perspectiva plurissecular. Afinal, qual a causa de nossa inabalável decadência, desde o século XVI? A resposta de Antero de Quental em *Causas da decadência dos povos peninsulares*, de 1871, é denúncia, desafio e aposta. Diz Antero que a decadência portuguesa radicava das consequências de três processos, que moldaram a sociedade ibérica: o absolutismo monárquico, o catolicismo tridentino e a expansão marítima. Se estas são as causas, as maneiras de superar suas mazelas seriam: a instauração da República e o Socialismo Democrático (QUENTAL, 1987).

A Geração de 1870 e os Vencidos da Vida são as grandes referências para as correntes renovadoras da cultura portuguesa no século XX, como o grupo da revista *Seara Nova* e o movimento Presença. António Sérgio tem lugar equivalente ao de Antero Quental nessas correntes do século XX. Sua obra como historiador, filósofo, educador, homem público sintetizou os grandes problemas da história portuguesa. António Sérgio de Souza (1883-1969) foi o grande cultor do gênero ensaio em Portugal na primeira metade do século XX. Na série de oito volumes de *Ensaio*, na *Breve interpretação da história de Portugal*, inicialmente publicada em espanhol, em 1929, e na *História de Portugal. Introdução geográfica*, de 1941, está contido o principal da perspectiva historiográfica de António Sérgio, e que teve grande influência na formação do projeto historiográfico de Celso Furtado. Na tese de 1948, ele diz:

As ideias de António Sérgio, depois seguidas pelo historiador Jaime Cortesão, foram reformuladas nesta tese. Abandonando o método estritamente histórico — que é o dos autores citados — encaramos os mesmos problemas de um ponto de vista sociológico [...] procuramos reconstruir a marcha geral dos acontecimentos e captar-lhe o sentido. (FURTADO, 2001)

De tal modo, que é preciso reconhecer que o encaminhamento básico do texto de Furtado deu-se pela complementação, ampliação, reelaboração das proposições de António Sérgio.

António Sérgio, em lição que remonta à *École des Annales* — mas que vem de longe, desde o surgimento da história na vida cultural ocidental com Heródoto —, deu ênfase aos aspectos geográficos e demográficos em seus rebatimentos históricos, em perspectiva inspirada em Vidal de La Blache e sua geografia humana (SÉRGIO, 1941). Ainda que Furtado não cite a *Introdução geográfica* de António Sérgio, terá sido ela a principal referência para a particular sensibilidade para os aspectos geográficos que a obra de Furtado demonstra por meio da percepção da importância das dimensões ecológicas das atividades econômicas no espaço, que terá influência sobre o enfrentamento dos problemas de seca do Nordeste, da ocupação das regiões úmidas do sertão nordestino etc.

Mas, o decisivamente central da influência de António Sérgio sobre Celso Furtado está em sua explicação do atraso português. Também no caso de Portugal, como no do Brasil, dirá Furtado, o atraso não se explica por particular inaptidão para a modernidade, para a inovação. Com efeito, Portugal foi matriz de aspectos fundamentais da gênese da modernidade. Instituições fundamentais para a instauração da modernidade nasceram, pioneiramente, em Portugal: o Estado Moderno no século XII; a decisiva tecnologia de navegação oceânica, as artes da marinharia, como as chamavam os portugueses a partir da Escola de Sabres, no século XV; a criação do instrumento fundamental para a circulação mercantil que são as letras de câmbio; a invenção do romance cavalaria matriz do romance como gênero narrativo moderno, com o *Amadis de Gaula*, entre outros exemplos. Portugal experimentou a primeira revolução burguesa do mundo, entre 1383 e 1385, foi o grande senhor da expansão marítima e comercial do mundo no século XV, a partir da tomada de Ceuta, em 1415, até 1500, com as viagens cabralinas. E, no entanto, todas essas inequívocas provas de liderança na construção da modernidade estiolaram-se, não garantiram a Portugal hegemonia efetiva no quadro geopolítico mundial. Um historiador português da Geração de 1870, Oliveira Martins, viu com as cores do trágico o que pareceu ser um momento jubiloso: a União Ibérica em 1580 teria sido o abraço de dois cadáveres (MARTINS, 1918, p. 322). Com efeito, o poderoso império onde o sol nunca se punha, oito anos depois, em 1588, foi fragorosamente derrotado pela Inglaterra, derrota que marcou o início da ascensão irresistível da hegemonia imperial inglesa.

Quando se colocou esse mesmo problema, o definimento do poderio ibérico, o historiador Fernand Braudel disse que a explicação para essa desconcertante

*débâcle* está na maneira como Espanha e Portugal entendiam seu lugar no mundo e o significado da modernidade para seus projetos de nação, de poder, de missão histórica. Diz Braudel que para Espanha e Portugal a modernidade que forjaram, as riquezas que obtiveram, tinham como destinatários a restauração, em sua dignidade e integralidades máximas, tanto do legado carolíngio do sacro império germânico, quanto da sacrossanta unidade do cristianismo sob o papado romano. Para Braudel, a modernidade, em grande medida inventada pelos povos ibéricos, serviu, de fato, a um anacrônico e já então morto mundo medieval governado pelas duas espadas, a temporal e a espiritual, empunhadas pelo Imperador e pelo Papa (BRAUDEL, 1992, p. 209-328).

Em outro grande livro, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, Braudel lembrará que em 1571, ao derrotar os turcos na Batalha de Lepanto, os espanhóis se consideraram os donos do mundo ao controlarem o *Mare Nostrum*, o Mediterrâneo. E de fato foi assim, por mais de um milênio. Quem dominava o Mediterrâneo dominava o mundo, o Mundo Antigo, o que as águas do Mediterrâneo interligavam. A modernidade, a modernidade capitalista triunfante estabeleceu outro espaço hegemônico. O controle do mundo do capitalismo será de quem controlar todos os mares, o Atlântico, o Pacífico, as rotas do comércio, a produção de mercadorias e capitais em escala mundial (BRAUDEL, 1964; 1983).

Antônio Sérgio, em vários de seus ensaios, buscou explicar as razões da decadência portuguesa. Em um deles, *As duas políticas nacionais*, de 1926, publicado no segundo tomo dos *Ensaio*s, está a sua tese básica. Ele diz que Portugal, por tantos títulos inovadores e dinâmicos no passado, perdeu essa condição por ter sido dominado pelos interesses dos que beneficiavam com a “política de transportes” como a chama, isto é, a política dos “vinhateiros”, dos exportadores de vinhos, pelos interesses do mercantilismo metalista, bulionista que prevaleceu em grande medida durante grande parte da história portuguesa a partir do século XVI, sufocando, interditando a política de fixação, a que buscou introduzir as manufaturas no reino, que buscou aperfeiçoar as tecnologias e os métodos produtivos, a educação e a cultura, a liberdade de pensamento e a circulação de ideias (SÉRGIO, 1972).

Antônio Sérgio oferece uma explicação para a decadência portuguesa, que dialogando com a indagação de Antero de Quental estabeleceu suas determinações materiais. Com efeito, a decadência dos povos ibéricos é o resultado da ação obliterante do absolutismo monárquico, do catolicismo tridentino e da expansão marítima, na medida em que estes três elementos são manifestações de uma ordem econômico-social comandado pelo capital comercial, cujos lucros

nascem do monopólio do comércio, dos exclusivos metropolitanos, de uma prática econômica alheia à busca do aperfeiçoamento dos processos produtivos, alheia à produção da mais valia pelo uso mais intensivo e com produtividade maior da mercadoria força de trabalho.

Nesse sentido, a explicação de António Sérgio deu fundamentos histórico-materiais concretos à indagação de Antero de Quental, quanto faz o mesmo com a tese de Fernand Braudel sobre o mesmo fenômeno.

Foi essa decisiva lição de António Sérgio que Celso Furtado absorveu e redefiniu. Na tese de 1948, o que António Sérgio viu para a história de Portugal como a reiteração de “política dos transportes”, Celso Furtado redefiniu para a história do Brasil como os atavismos da economia colonial, isto é, a permanência do latifúndio, da monocultura, do atraso técnico, do coronelismo, do patriarcalismo. Para Antero de Quental e António Sérgio, a superação da “política de transportes” passaria por mudanças no plano político, econômico e cultural. Para Celso Furtado será o mesmo. Seu empenho na luta pelas reformas estruturais é o equivalente do que em outros contextos se fez mediante processos que buscaram garantir a distribuição da renda, da riqueza e do poder. Postos desde a tese de 1948, estas questões vão acompanhar o conjunto da obra de Furtado como um incontornável *ostinato*.

§

## Referências

- BEER, H. Prologo. Psicologia colectiva y razón individual. In: FEBVRE, L. *El problema de la incredulidad en el siglo XVI*. La Religión de Rabelais. México: UTEHA, 1959.
- BLOCH, M. *Los reyes taumaturgos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- BRAUDEL, F. Prefácio. In: MORAZÉ, C. *Os burgueses à conquista do mundo*. 1780-1895. Lisboa/Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1965.
- \_\_\_\_\_. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Livraria Editora Martins Fontes, 1983-1984. 2 v.
- \_\_\_\_\_. *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Livraria Editora Martins Fontes, 1992.
- CAMÕES, L. *Os Lusíadas*. Obra Completa. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar Editora, 1963.
- CARDOSO, C. F. S. As concepções acerca do “Sistema Econômico Mundial” e do “Antigo Sistema Colonial”; a preocupação obsessiva com a “Extração de Excedente”. In: LAPA, J. R. A. (Org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- D’AGUIAR, R. F. Introdução. Os Anos de Formação. In: FURTADO, C. *Anos de Formação 1938-1948*. O jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2014.
- FALCON, F. J. C. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Editora Ática, 1982.
- FEBVRE, L. *Op. cit.*
- FOGEL, R. W.; ELTON, G. R. *Qual de los caminos al pasado?* Dos visiones de la historia. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- FONTANA, J. História: análise do passado e projeto social. Bauru (SP): EDUSC, 1998.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 10ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- \_\_\_\_\_. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O longo amanhecer*. Reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Em busca de novo modelo*. Reflexões sobre a crise contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1978.
- HAZARD, P. *La crisis de la consciencia europea (1680-1715)*. 2ª Ed. Madrid: Ediciones Pegaso, 1952.
- HOBBSAWM, E. *Sobre história e ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HUZINGA, J. *El concepto de la historia*. 3ª Ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.
- IGLÉSIAS, F. Introdução à historiografia econômica. In: *Estudios Económicos, Políticos e Sociais*, n. 11. Belo Horizonte: Face/UMG, 1959.
- \_\_\_\_\_. *História e ideologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.
- MACEDO, C. L. et al. Os vencidos da vida no quadro geral da época. In: CÍRCULO EÇA DE QUEIROZ. *Os vencidos da vida*. Lisboa, 1989.
- MACEDO, D. R. Sobre a introdução das artes [1675]. In: SÉRGIO, A. (Org.). *Antologia dos economistas portugueses*. Lisboa: Livraria Sá de Costa, 1974.
- MARTINS, J. P. O. *História da civilização ibérica*. 6ª Ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1918.
- MARTINS, J. S. *Capitalismo. Tradicionalismo*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1975.
- \_\_\_\_\_. *O cativo da Terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MAXWELL, K. *Marquês de Pombal, paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.
- MORAZÉ, C. *Introdução à história econômica*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1959.
- \_\_\_\_\_. *Os burgueses à conquista do mundo*. *Op. cit.*
- NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1980)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- NOVAIS, F. Introdução a Caio Prado Jr, Formação do Brasil contemporâneo. In: SANTIAGO, S. (Org.). *Intérpretes do Brasil*, vol. III. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2000.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- QUENTAL, A. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. 5ª Ed. Lisboa: Ulmeiro, 1987.
- SAES, D. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.
- SÉRGIO, A. *História de Portugal*. Tomo I. Introdução geográfica. Lisboa: Livraria Portugal, 1941.
- \_\_\_\_\_. *Obras completas*. Ensaios. Tomo II. Lisboa: Livraria Sá de Costa, 1972.
- SERRÃO, J. *Dicionário de história de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 6º volume, 1971.
- TORRES, F. *Notas acerca da geração de 70*. Lisboa: Portugal Editora, 1967.
- VIEIRA, P. A. Sobre as verdadeiras e as falsas riquezas. In: SÉRGIO, A. (Org.). *Prosa doutrinária de autores portugueses*. Lisboa: Portugal Editora, s.d.
- WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.